



MIGRAÇÕES E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Entrevista a Elie Chidiac, secretário de assuntos internacionais do governo do Estado de Goiás

– “As relações internacionais têm que entrar na sala de aula do Ensino Médio e em todas as áreas do Ensino Superior” –

Em consonância com o tema do dossiê – imigrantes – e visando intensificar a relação entre a UFG e o governo goiano, a Revista UFG entrevistou Elie Chidiac, secretário de Assuntos Internacionais do Estado de Goiás. Elie Chidiac, muito gentilmente, aceitou o convite para a entrevista, a qual teve lugar na sala de reuniões da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, na manhã de 2 de maio. Ele respondeu às questões sobre migração em relação a Goiás, investimentos estrangeiros, comércio exterior e parcerias estado-universidade que lhe formularam o Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Prof. Anselmo Pessoa Neto, a Coordenadora de Assuntos Internacionais da UFG, Profa. Ofir Bergemann de Aguiar, e os professores Wolney Unes (EMAC), Lisandro Nogueira (FACOMB) e Antón Corbacho Quintela (FL).

Antes de se iniciar a entrevista, e devido à origem libanesa de Elie Chidiac, entrevistadores e entrevistado debateram sobre a questão dos conflitos no Oriente Médio. Chidiac, para o caso do conflito entre árabes e judeus, argumentou que a única possível solução seria a aceitação da diversidade, inclusive a religiosa, e a superação de nacionalismo ultrapassado, e sentenciou que, antes ou depois, os dois lados vão cansar e acabarão assumindo a convivência como a saída inevitável.

PERGUNTA (P.) Em que consiste o labor da Secretaria de Assuntos Internacionais do Estado de Goiás?

RESPOSTA (R.) A Secretaria de Assuntos Internacionais do Estado de Goiás surgiu, de fato, em 1999, no início da gestão do governador Marconi Perillo. Nesse ano formou-se uma assessoria, para o governador, em relações internacionais com vistas a atrair investimentos do exterior. Isto é, começou como uma assessoria, ligada ao Gabinete do Governador, e evoluiu para secretaria. Então, um labor importante meu foi trabalhar junto ao Senado na lei de anistia dos estrangeiros. Com a consolidação da assessoria, houve que estruturar um organograma para a Superintendência de Comércio Exterior – transformada, em 2002, em Secretaria de Comércio Exterior com Ovídio de Angelis – destinado ao planejamento estratégico. Na atualidade, a Secretaria de Assuntos Internacionais conta com duas gerências, a de atração de investimentos e cooperação internacional, e a de assistência consular e diplomática. A secretaria converteu-se em um modelo para outros estados. Há que reparar em que o Itamarati tem limitações quantitativas em relação a funcionários e em que cumpre desafogar as suas incumbências. E há que reparar também em que, desde a década de 1980, o Brasil é um país de emigração que tem que gerir os problemas de seus cidadãos residentes, como trabalhadores, no exterior. Nesse sentido, a Secretaria de Assuntos Internacionais do Estado de Goiás visa colaborar com o Itamarati tanto no atendimento a esses cidadãos quanto no estabelecimento de acordos bilaterais com governos estrangeiros com o intuito de captar recursos do exterior e atrair empresas. As ações executadas pela secretaria tornaram-na um modelo a imitar, inclusive para o Estado de Minas Gerais, um estado pioneiro na emigração aos Estados Unidos. No âmbito da atração de empresas, podemos colocar como exemplo de sucesso a vinda da Hyundai para Anápolis e podemos destacar a contribuição feita para a consolidação do pólo farmacêutico nesse município. Estamos trabalhando para obtermos uma maior transferência de tecnologia, sobretudo dos países do Leste europeu, especialmente da Ucrânia e da Bielorrússia, que, embora sejam países relativamente pobres, são países que souberam desenvolver uma tecnologia avançada; assim, cooperamos também com o Ministério de Defesa, nas negociações com a companhia ucraniana Antonov, a qual pode fornecer tecnologia importante para a manutenção da aeronáutica da base de Anápolis.

P. Nesse sentido, o fato de o governador do Estado de Goiás ser de um partido e a presidente da República de outro pode gerar problemas de colaboração na captação, para Goiás, de investimentos estrangeiros ou na transferência de tecnologias?

R. De jeito nenhum. Há que levar em consideração que, nesses casos, assim como em tudo o que afeta à defesa nacional, entre o Governo Federal e o governo goiano prevalece sempre uma visão de Estado, ou seja, não se concorre por questões de política partidária senão que se colabora em prol dos interesses da União. Esses interesses não podem depender das estratégias pontuais de determinados mandatos. Um exemplo da colaboração atual entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Goiás está sendo o estudo que estamos desenvolvendo sobre as causas e os efeitos do fluxo migratório brasileiro, estudo que conta com financiamento da FAPEG e com a colaboração das professoras da UFG Andréa Lucena e Ofir Bergemann. Trata-se de um estudo que, ainda que esteja embasado em amostras de dados sobre o caso goiano, pretende ser um espelho para todo o país. É um estudo que poderíamos qualificar como preventivo, pois esperamos que, a partir das conclusões que obtemos, possamos contar com dados que nos permitam saber como cuidar o retorno de emigrantes, com todas as suas repercussões financeiras e a frustração e o impacto psíquico inerentes, um retorno provocado pela crise econômica internacional. Trata-se de indivíduos ou de famílias que venderam o que tinham ou que se endividaram para poderem emigrar e que agora regressam sem nada, o que deriva em gasto público, pois há que aplicar a renda cidadã ou conceder a bolsa escola.

P. O Estado de Goiás é só um estado de emigração ou também o podemos considerar um estado de imigração?

R. Sobretudo é um estado de emigração desde a década de 1990. Mas continuam chegando árabes para Goiás e, recentemente, é notável a vinda de asiáticos e de cidadãos de Leste europeu. Goiás tem que saber implementar medidas que façam com que o estado seja atraente para a mão-de-obra qualificada de países com problemas econômicos. Nos últimos anos chegaram ucranianos e bielorrussos para trabalhar no setor aeronáutico e na indústria dos tratores. O Brasil, ao igual que fizeram os Estados Unidos após a II Guerra Mundial, deve saber atrair cientistas europeus para os setores em que não haja suficiente pessoal qualificado nacional. Ora, isso não quer dizer que deva haver uma abertura total; tem que ser uma abertura estrategicamente adequada dentro de uma política de Estado. As pessoas que venham tem que vir para agregar. Recentemente soube-se da intenção dos chineses de comprar terras brasileiras e de eles trazerem seus próprios trabalhadores. No sul da Bahia, os chineses quiseram fazer um investimento de R\$ 300 milhões no arrendamento de terras. Isso não se pode permitir; isso fere a Constituição brasileira. A compra de terras por estrangeiros tem que estar muito controlada, pois a riqueza que há nessa terra é da nação brasileira e o Brasil já tem suficiente mão-de-obra rural. O Estado de Goiás, na política integrada estabelecida junto ao Governo Federal em comércio e cooperação, almeja, sobretudo, a troca de experiências tecnológicas no exterior dentro de um padrão que circunscrito aos interesses nacionais.



P. Em relação às iniciativas nas relações internacionais, que lugar o Estado de Goiás espera que ocupe a universidade?

R. As relações internacionais têm que entrar na sala de aula do Ensino Médio e em todas as áreas do Ensino Superior. Ora, em 2010, a secretaria convidou a UFG para participar das ações do estado no âmbito das políticas internacionais. O Estado de Goiás quer, sim, o máximo envolvimento da academia, pois acredita que tanto os professores quanto os alunos só agregam e, portanto, enriquecem o estado na concepção e na gestão dessas políticas. Sabemos que o Brasil só mediante a educação pode avançar. Todavia, deve-se dizer que há ainda muito professor sem visão internacional e que há muita gente que enxerga, do romantismo, as relações internacionais. Não há romantismo nas relações internacionais! As relações internacionais refletem a faceta mais dinâmica e agressiva da realidade. Além disso, a prática nas relações internacionais é sumamente útil para repensar as atitudes da população perante a diversidade e para propiciar as mudanças em direção a uma melhor aceitação do *outro*. Os alunos devem saber que a tolerância, um dos – em minha opinião – traços distintivos da alma do povo brasileiro, tem marcado as relações internacionais brasileiras e que o Brasil, ao contrário que outros países, nunca pretendeu ser o xerife do mundo. No entanto, é preciso que os alunos saibam que não todos os países pensam com base na tolerância e na cordialidade e há que se prever sobre isso. Essas questões devem ser levadas à aula. O aluno deve saber que, nas relações internacionais, há, com frequência, malícia ou má fé e que deve haver tetos nas negociações. Nas relações internacionais não se pode ser ingênuo, imediatista ou superficial, nem maniqueísta, senão pragmático. Não há países só bons e não

há países só ruins. Não se pode ser radicalmente pró-americano nem enfaticamente pró-Chávez ou pró-Irã. E o aluno deve ser consciente de que o Brasil necessita se fazer respeitar, necessita resguardar a sua propriedade intelectual e os seus dados estratégicos, pois esses dados fazem parte das estratégias que nos permitem avançar para o futuro. Os dados sobre o plantio de soja, por exemplo, têm que ser, em parte, confidenciais e o aluno tem que saber dos riscos que se correm quando não se controlam os interesses nacionais, tem que saber que na Alemanha se patenteou a goiaba brasileira e que no Japão se patenteou o açaí brasileiro; o aluno tem que saber quais são interesses brasileiros nas relações internacionais e quais são os perigos que o Brasil corre nessas relações. Como consequência das parcerias que o Governo do Estado de Goiás e a UFG tentam consolidar no âmbito das relações internacionais, acredito que qualquer intercâmbio de professores e estudantes é, por si, benéfico, porque leva à conscientização a respeito das missões e das estratégias internacionais e isso acaba repercutindo na sala de aula. A universidade é um multiplicador e deve funcionar como o grupo pensante da retaguarda, formulando possibilidades de políticas internacionais e envolvendo-se na continuidade das políticas públicas. Assim, creio que é fundamental a intensificação do envio de professores e alunos ao exterior e que são fundamentais os intercâmbios, e que creio que devem aumentar tanto as bolsas quanto as pesquisas em tecnologia que permitam melhorar os acordos internacionais. Para conseguir esses acordos, o Brasil precisa investir mais em educação tecnológica e produzir mais tecnologia e, portanto, registrar mais patentes. Não duvido que, com vistas a esses intercâmbios, são as universidades européias e estadunidenses as que mais nos interessam.

Embora a China acabe se consolidando como o principal destino das nossas exportações, não são, por enquanto, as universidades chinesas as que nos interessam. Para entender a inviabilidade de intercâmbios fluidos com as universidades chinesas, há que considerar a barreira da língua e, também, a barreira da distância geográfica.

P. Quais são as principais colônias de goianos no exterior? Há algumas profissões em que se tenham concentrado os emigrantes goianos? E em que grau a crise econômica atual, que tanto está afetando à Europa e aos Estados Unidos, tem repercutido na emigração dos goianos a esses destinos?

R. Estima-se que há 300.00 goianos no exterior. Desses, algo menos de 200.000 estão nos Estados Unidos e algo mais 100.000 estão na Europa. Na Europa, os principais destinos são Portugal, Espanha, Itália, Inglaterra e França; nos Estados Unidos, as cidades de Atlanta, São Francisco, Nova Iorque e Boston. Na eleição dos destinos percebemos claramente que uma inflexão aconteceu no final de 2005, início de 2006. Até esse momento, os Estados Unidos eram, claramente, o principal destino. O goiano chegava aos Estados Unidos por via terrestre, através do México. Mas, no período assinalado, o México começou a exigir visto e, então, o destino principal começou a ser a União Européia, com a qual o Brasil mantém um acordo que permite que o visto se obtenha ao chegar, no aeroporto. Essa circunstância reflete-se nas ocorrências, de qualquer tipo, que nos chegam à Secretaria. Antes de 2006, 80% das ocorrências tinham a ver com trabalhadores goianos nos Estados Unidos; a partir desse ano, 80%-90% dos casos de ocorrências partem da Europa. Mas a crise econômica internacional

está afetando bastante o fluxo migratório. Isso é patente desde o final de 2008, início de 2009. Entre 2009 e 2010 retornaram a Goiás, ou por regresso voluntário ou via deportação, 20.000 pessoas; para este ano aguardamos um retorno de 12.000 goianos. E, quando nos referimos aos retornos, não nos referimos só ao regresso individual de emigrantes; às vezes são famílias inteiras, de 6 ou 7 pessoas, as que voltam. Não quero cair nas generalizações, mas parece que, por um certo bairrismo, o goiano, tanto o que alcançou o sucesso econômico quanto o que ficou pobre, tem marcadamente uma tendência ao retorno. Esse bairrismo percebe-se claramente no exterior, onde se institucionalizaram não poucas sociedades goianas ou onde os goianos se reúnem periodicamente no restaurante dalgum patrício. É inquestionável o reflexo econômico, no Estado de Goiás, da emigração goiana. Os emigrantes tentam sempre enviar dinheiro a parentes que aqui ficaram, tanto para a subsistência da família – o pai e a mãe – quanto para o investimento em negócios desse dinheiro. Nos dez últimos anos chegaram a Goiás, em forma de divisas dos emigrantes goianos, bilhões de reais. Em relação à ocupação profissional dos goianos no exterior, há casos muito particulares, como o dos açougueiros de Piracanjuba concentrados na Irlanda. Mas, em geral, as principais ocupações são as de pedreiro, entregador de pizza, arrumadeiras – faxina em geral –, garçonetes, cabeleireiras e cabeleireiros, dançarinas e, infelizmente, prostituição. Um caso anedótico é o dos jogadores de futebol, que vão para a Europa ou para Oriente Médio, para a Arábia sobretudo.

P. Em que âmbitos do campo econômico do Estado de Goiás tem-se investido, predominante, o dinheiro poupado pelos emigrantes goianos?

R. São notáveis os investimentos no mercado imobiliário – a compra de apartamentos – e em terrenos rurais – compra de pequenas fazendas e, em decorrência disso, compra de gado para essas fazendas –. As remessas dos emigrantes têm, na última década, movimentado muito o mercado imobiliário goiano. Também se observa essa movimentação na compra de lotes ou de casas nos condomínios fechados. E, com o regresso de emigrantes devido à crise econômica, tem-se observado, nos últimos quatro anos, o investimento em atividades profissionais aprendidas no exterior: restaurantes, faxina a grande escala e prestação de serviços em geral, uns serviços para os quais se adquiriu experiência fora.

PERGUNTA (P.) Durante a anterior década, e mais ou menos a cada semestre, a imprensa publicou notícias sobre a exploração sexual de mulheres emigrantes goianas, e também de homens, especialmente na Europa e, sobretudo, na Espanha e Portugal. De fato, a Polícia Federal em Goiás interveio almejando desarticular redes internacionais de prostituição. Lembro que uma dessas intervenções fora denominada a *Operação castanhola*. O Estado de Goiás teve, inclusive, que repatriar vítimas mortais causadas por essa exploração. Em relação a isso, poder-se-ia afirmar que tem havido uma diminuição da atuação em Goiás dessas redes internacionais de exploração sexual?

R. Em primeiro lugar, cumpre frisar que as goianas envolvidas com a prostituição no exterior formam um percentual mínimo no montante de emigrantes goianos. Estamos falando de 1%, isto é de 3.000 goianas e goianos que caíram no tráfico de seres humanos frente a 270.000 trabalhadores goianos no exterior. Esse tráfico de seres humanos para a exploração sexual constitui o lado deprimente do nosso serviço na assistência consular. O referido tráfico tem sido muito intenso na Espanha – em especial nas Ilhas Baleares – e, em menor escala, em Portugal. Temos 19 meninas goianas desaparecidas, isto é, que ainda não foram localizadas nem pela Polícia Federal nem pela Interpol. As buscas iniciam-se por denúncias dos pais, uns pais que, após um tempo, nada sabem de suas filhas que foram para o exterior e são eles os que acabam apresentando a denúncia. Recentemente foram desarticuladas redes de prostituição menores, destinadas aos Emirados Árabes, a Israel, ao Líbano, a Turquia e ao Japão. Ora, neste ponto há que indicar que a imprensa costuma colocar só o lado trágico da vida dos goianos no exterior. As goianas no exterior padecem muito menos a prostituição que as jovens do Leste europeu ou as asiáticas. A maioria absoluta das goianas no exterior desempenha profissões honradas; são muito poucas, como antes mencionei, as que são arrastadas pela exploração sexual. Acontece o mesmo que quando se salienta a violência no Rio de Janeiro ou os conflitos entre árabes e judeus. A mídia, que faz a cabeça das pessoas, gosta de, especialmente, prestar atenção aos conflitos.

P. Como valorizaria que o Estádio de Goiás seja o único estado brasileiro em que a colônia árabe é, quantitativamente, a mais importante?

R. As maiores colônias árabes estão em São Paulo, em Minas Gerais, em Brasília, no Ceará e na Tríplice Fronteira. Mas, em Goiás, onde um percentual de 15% da população é formado por imigrantes e seus descendentes, a principal colônia é a italiana e, rivalizando com ela, a árabe. No Brasil em geral, conforme os dados do Itamarati, as três principais colônias são a dos portugueses, os italianos e os espanhóis. Porém, o que para mim é significativo é que, no Brasil, os enfrentamentos étnicos ou religiosos ficam diluídos. A população brasileira é receptiva e, do respeito, aqui podem conviver perfeitamente judeus com árabes, cristãos com sunitas e xiitas etc.; dentro dos limites, é possível a defesa de todas as causas. A tolerância brasileira é, para mim, um dos valores que se têm que projetar no mundo. Conheço, em São Paulo, um xiita casado com uma judia e, em Goiânia, um rapaz evangélico de pais muçulmanos. Todavia, no Líbano ou na Síria há demasiada pressão, e os cristãos sentem que, para sobreviverem, têm que se defender dos muçulmanos, e os muçulmanos sunitas sentem que se têm que defender dos xiitas. No Brasil não há essa pressão, não há essas ofensas; aqui, os problemas são outros.

P. Mudando de tema e falando agora de planejamento econômico e de comércio exterior. Recentemente, a Hyundai instalou-se em Goiás; no entanto, o Brasil carece de uma indústria nacional de automóveis. A indústria automobilística tem sido uma questão de Estado para a Inglaterra, a Alemanha, a Itália, os Estados Unidos, os Tigres Asiáticos. Sei de todos os problemas ambientais que se derivam, mas eu não conheço um país forte que não tenha a sua própria indústria. Não acredita que ela seria necessária assim como seria necessária uma verdadeira malha ferroviária que atravessasse o país?

R. Eu não acredito que uma indústria automobilística própria seja, na atualidade, uma questão estratégica. Sim que acho que a falta de infraestruturas é o maior gargalo do Estado brasileiro; sem uma malha ferroviária moderna o país não poderá ser uma potência econômica. Em relação à indústria de automóveis, o Brasil tem, sim, tecnologia suficiente para a fabricação de um carro, do parafuso ao motor; o Brasil foi o inventor do motor flex, uma criação de pesquisadores da UNICAMP. Tem-na, inclusive, para a fabricação de aviões. Mas a estruturação de uma indústria automobilística própria é um aspecto menor. Temos aí a experiência com o Gurgel. Está a questão da atração simbólica de uma marca, uma Mercedes atraía mais que um Gurgel; há que pensar na relação custo-benefício para os investidores. Os Estados Unidos venderam, há pouco, a Chrysler para a FIAT. As montadoras estrangeiras devem ter, por lei, 60%, 70%, dos seus componentes de fabricação brasileira. Um carro que sai de uma montadora estrangeira é um carro nacionalizado brasileiro. O que interessa, na atualidade, ao Brasil, insisto, é a transferência de tecnologia. Interessa ao Brasil poder completar a fabricação de turbinas, para aviões, submarinos e hidroelétricas. A competitividade, e a competitividade frente aos chineses em particular, não depende, no séc. XXI, da mão-de-obra barata; acreditar nisso significa ter uma visão simplória. Se fosse assim, a Índia, Sri Lanka ou os países africanos seriam os mais competitivos e os maiores exportadores. A Alemanha tem a mão-de-obra mais cara e é o segundo maior exportador do mundo. O importante, no séc. XXI, é o investimento em tecnologia, um investimento que deve ir precedido do investimento em ciência, em educação tecnológica. O grave problema para o Brasil é a falta de ferrovias; concordo. Quando uma ferrovia atravessa o

país de norte a sul durante uma década, teremos rentabilizado o Estado brasileiro. A importância da tecnologia observa-se nos seguintes exemplos: em uma viagem à China, visitei uma represa para esmagamento de soja. Essa represa esmaga 3 milhões de toneladas por ano, e conta só com 100 trabalhadores. É pura tecnologia, tudo estava robotizado. O trem de alta velocidade, na China, atinge velocidades maiores que na Europa; para percorrer uma distância de 200 quilômetros, atinge uma média de 240-245 km/h. E trata-se de locomotivas que os chineses copiaram das que os alemães prepararam em Xangai. Os chineses desmontaram as que fizeram os alemães e as copiaram, mas, para isso, há que ter excelentes cientistas e técnicos que sabiam decifrar os mecanismos. E, claro, frente a isso a malha ferroviária brasileira e a tecnologia ferroviária brasileira são hilárias.

P. Quais, portanto, devem ser, na sua visão, as preocupações estratégicas do Brasil em curto prazo?

R. No Brasil temos um grave problema devido às prioridades, isto é, devido às necessidades imediatas do país. O governo não pode visar o lucro, o governo deve visar, primeiro, o bem-estar social. Não podemos pensar em trens de alta velocidade enquanto temos seríssimos problemas com o saneamento, a educação ou a saúde pública. Do pensamento estratégico há, sim, que modernizar a malha ferroviária, dragar os portos e também modernizar a estrutura portuária. Mas todas essas melhoras, tanto as do bem-estar social quanto as infraestruturais demandam muito investimento – um investimento da União e não um investimento estrangeiro – e, se não se executam de forma organizada, podem levar a um perigoso endividamento do país. O Estado de Goiás tem-se



preocupado muito com esse pensamento estratégico. Convenhamos – reconhecamos – que o nosso estado está, geograficamente, pessimamente situado no espaço brasileiro. Nem Goiás tem mais terra útil para a agropecuária que o Mato Grosso do Sul nem a terra de Goiás é melhor que a do Tocantins. Goiás tem uma magnífica posição militar, mas uma péssima posição comercial. Por isso, o estado teve que recorrer a uma política de subsídios e de incentivos fiscais para atrair a iniciativa industrial privada com vistas a consolidar o polo automobilístico e o polo farmacêutico. Embora essas indústrias praticamente não deixem ICMS, o emprego que elas geram deixa ICMS, pois os trabalhadores consomem roupa, gasolina, aparelhos telefônicos, fazem ligações, gastos que deixam ICMS para o estado. Contudo, essa política tributária do estado deve vir acompanhada da implantação de uma malha ferroviária séria e eficaz. E, insisto, devemos aprender de outras experiências. Em uma visita de trocas de experiência científicas, de três dias, à província china de Hebei observei o seguinte. Tratava-se de uma província da metade do tamanho de Goiás e com 70 milhões de habitantes; 60% da popula-

ção dedicam-se à agricultura, mas produz o dobro de toneladas de grão – 30 milhões – do Estado de Goiás. Lá também se fez a reforma agrária, mas, diferentemente do que aqui está acontecendo, lá se entregaram, para cada família, 2 ou 3 hectares em posse – a propriedade continua sendo do Estado –, sem nenhum tipo de subsídio, de assistencialismo, de entrega de sementes ou insumos. Aqui, a média é de 20 a 30 hectares para cada família, com muitos subsídios. Todavia, aqui, a nossa reforma agrária cria explorações improdutivas, as quais, às vezes, até são vendidas pelas famílias beneficiárias, e lá essas pequenas fazendas são altamente produtivas. Trata-se de uma questão de planejamento estratégico. Aqui os lotes de terra consequência da reforma agrária dedicam-se ao milho ou à soja – culturas que só rendem dinheiro em larga escala – e, na China, dedicam-se às hortaliças, mediante estufas, ou às frutas, produtos com um grande valor agregado. Mas, é claro, esse valor agregado só se obtém quando se pode escoar a produção de uma forma barata e, para isso, Goiás precisa melhorar muito as suas infraestruturas, especialmente a infraestrutura ferroviária.